

Debate sobre papel do Judiciário na retomada do RJ foi destaque

Os debates sobre os acordos de leniência predominaram durante o seminário [O papel do Judiciário na retomada do desenvolvimento do Rio de Janeiro](#), promovido pela **ConJur** na segunda-feira (2/9). O evento reuniu os principais protagonistas do embate judicial e administrativo que divide os setores público e privado.

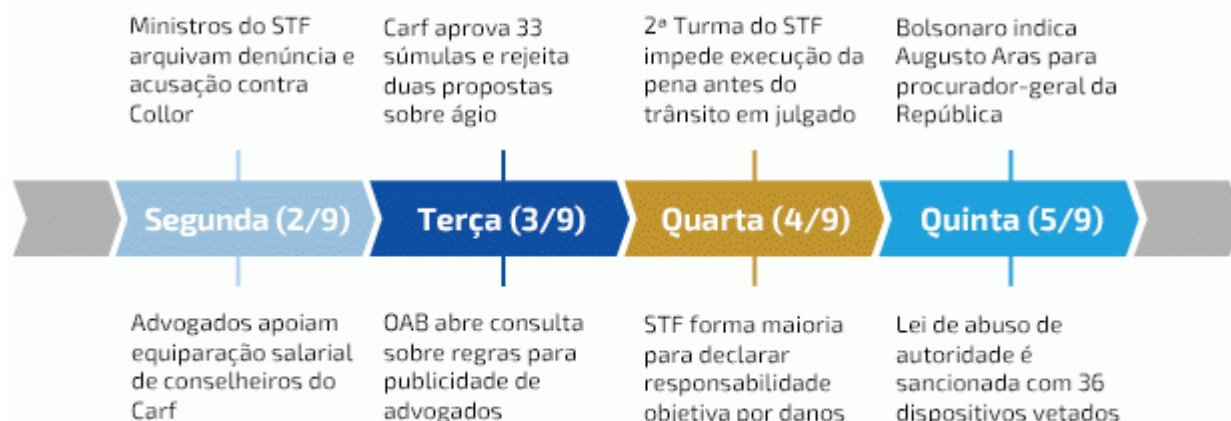
Advogados, magistrados e membros do Ministério Público defenderam que para reduzir a insegurança jurídica em acordos de leniência, é preciso estabelecer regras de atuação para órgãos como Ministério Público, tribunais de contas, procuradorias e controladorias. O objetivo é delimitar a esfera de competência de cada instituição e evitar conflitos.

Além disso, em casos de corrupção e crimes contra a administração pública, os executivos responsáveis pelos atos devem ser punidos, mas as empresas devem ser preservadas. Com a manutenção de empregos e da atividade econômica, a economia do Rio de Janeiro pode voltar a crescer.

Veja todas as notícias publicadas sobre o evento:

[Especialistas defendem regular leniência e preservar empresas](#)
[Cúpulas de órgãos públicos é que devem fixar regras de leniência](#)
[Lei Anticorrupção é imprecisa e causa insegurança, diz advogada](#)
[Executivos, e não empresas, devem ser punidos por corrupção](#)
[Para Daiello, ente público deve oferecer balcão único de negociação](#)
[No Rio, CGE busca tirar acordo de leniência da inércia](#)
[Leniência tem solução diferente para casos parecidos](#)
[Múltiplas leis dificultam regras de leniência, diz desembargador](#)
[Sobreposição de órgãos gera insegurança em acordos de leniência](#)
[Estrutura do MP é suficiente para homologar leniência, diz Gussem](#)
[Advogados de empresas devem incluir MP em acordos, diz Osório](#)
[Para retomar Rio, Judiciário deve promover segurança, diz Saldanha](#)

Conjur



Novo PGR

O presidente Jair Bolsonaro anunciou a [indicação](#) do procurador Augusto Aras para procurador-geral da República. A indicação ainda precisará passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e aprovado pelo Plenário da Casa.

Aras não se candidatou pela lista da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Ele é um crítico do sistema, que se tornou prática corrente em 2003, quando o então presidente Lula indicou Cláudio Fontelles, o mais votado numa eleição da ANPR, para PGR. Para Augusto Aras, essa lista provoca politização e leva os aspirantes a PGR a fazer campanhas políticas e promessas corporativistas aos colegas, conforme disse em [entrevista](#) à **ConJur**.

Frase da semana

A função estatal de investigar não pode resumir-se a uma sucessão de abusos nem deve reduzir-se a atos que importem em violação de direitos ou que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis da República. O procedimento estatal — seja ele judicial, policial, parlamentar ou administrativo — não pode transformar-se em instrumento de prepotência nem converter-se em meio de transgressão ao regime da lei".
Celso de Mello, ministro do STF, ao [conceder liminar](#) para liberar Taiguara Rodrigues dos Santos de comparecer à CPI do BNDES.

Entrevista da semana

Spacca



A única medida eficaz para combater as milícias do Rio de Janeiro é

transferir apuração para os órgãos federais. É o que defende o desembargador do TJ-RJ Alcides da Fonseca Neto, presidente de fórum de segurança.

Em [entrevista](#) à **ConJur**, ele afirma que a medida é necessária pois as polícias fluminenses estão contaminadas por integrantes dessas facções.

Fonseca Neto também critica o pacote de reformas legislativas propostas pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, sob o nome de "pacote anticrime". De acordo com Fonseca, a ampliação das hipóteses de legítima defesa estimula a violência policial.

Audiência

De 30/8 a 5/9



2,7 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



1,5 milhão

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 99,7 mil acessos, a [notícia](#) mostra a decisão da 2ª Turma do Supremo

que acabou permitindo que um réu condenado em segunda instância recorra em liberdade até o trânsito em julgado.

A decisão se deu após um empate no colegiado. Com isso, prevaleceu a decisão mais benéfica ao réu. O ministro Celso de Mello não participou do julgamento.

Com 48,7 mil acessos, a [segunda notícia](#) é sobre o julgamento do Supremo sobre a responsabilidade por danos a trabalhadores.

Nesta semana, a corte formou maioria para declarar a responsabilidade objetiva das empresas. Porém, o Supremo acabou não definindo a [tese](#) do julgamento, que ficou para a próxima semana.

As dez mais lidas

[2ª Turma do STF impede execução da pena antes do trânsito em julgado](#)

[STF forma maioria para declarar responsabilidade objetiva por danos](#)

[Guardas municipais não têm direito a aposentadoria especial, decide STF](#)

[Aposentado não precisa devolver salário recebido a mais por erro do governo](#)

[Interesse Público: Reforma da Previdência atinge a servidores estaduais, distritais e municipais](#)

[Juiz deixa de apreciar pedido por não ser tratado por Vossa Excelência](#)

[TRF-1 condena militar a ressarcir União em curso de formação de oficiais](#)

[Lenio Streck: 2ª Turma do STF acerta —réu delator é "ajudante da acusação"](#)

[Sergio Moro manda Polícia Federal investigar se filme faz apologia ao crime](#)

[Correios rejeitam proposta do TST para continuar mediação e evitar greve](#)

Manchetes da Semana

[Presidente sanciona reforma da Lei de Abuso de Autoridade com 36 vetos](#)

[Governo Bolsonaro condiciona pensão por vírus da Zika a desistência de ação judicial](#)

[Turma do Supremo impede execução de pena a réu já condenado em 2ª instância](#)

[Fundamentação não pode se limitar à mera transcrição de uma outra peça, decide STJ](#)

[Execução de dívida de condomínio inclui parcelas que ainda estão para vencer](#)

[Investigação não pode ser sucessão de abusos a direitos, afirma Celso de Mello](#)

[Transferência a outras pessoas jurídicas é operação de mútuo que incide IOF, diz Carf](#)

[Executivos, e não empresas, devem ser punidos por corrupção, diz desembargador](#)

[Estrutura do MP é suficiente para homologar leniência, diz Gussem](#)
[Para presidente de fórum de segurança, investigação de milícias deve sair do RioTJ-SP](#)
[usa questão de ordem do julgamento do mensalão para desobedecer STJ](#)

[Quatro anos após projeto, audiência de custódia não liberta nem 1% dos flagrantes](#)

Date Created

07/09/2019